

A (des)informação dos dados do INPE na narrativa da *Folha de S. Paulo*

La (des)información de los datos del INPE in la narrativa del *Folha de S. Paulo*

The (dis)information of INPE's data in the narrative of *Folha de S. Paulo*

ADRIANO IZHAR CANSAÇÃO ¹, RAFAEL DANTAS ²

Resumo: Em 2019, o ex-presidente Bolsonaro contestou os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) sobre desmatamento e acusou que o ex-diretor do órgão estava a serviço de uma ONG. Já em 2024, o presidente Lula utilizou os dados divulgados pelo INPE para declarar que havia pessoas realizando queimadas ilegais e que esta ação estava contribuindo para o aumento da devastação florestal. Neste estudo, tem-se como objetivo analisar qual das duas declarações é considerada uma informação que visa enganar o público (Pinheiro; Brito, 2014), e, para alcançar esta meta, o estudo realiza uma análise da narrativa (Motta, 2005) da *Folha de S. Paulo* e contribui à ciência com dados que evidenciam que a versão do ex-presidente é considerada uma desinformação..

Palavras-chave: Dados do INPE; Bolsonaro x Lula; Análise da narrativa.

Resumen: En 2019, el expresidente Bolsonaro cuestionó los datos publicados por el Instituto Nacional de Investigaciones Espaciales (INPE) sobre deforestación acusando al exdirector de la agencia de trabajar para una ONG. En 2024, el presidente Lula utilizó datos publicados por el INPE para declarar que se estaban realizando incendios ilegales y que esta acción contribuía al aumento de la devastación forestal. Este estudio busca analizar cuál de las dos

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Email: adriano.cansancao@ufpe.br

² Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Email: rafael.dsantos@ufpe.br

afirmaciones se considera engañosa (Pinheiro, Brito, 2014) y para lograr este objetivo, el estudio analiza la narrativa (Motta, 2005) de *Folha de S. Paulo* y contribuye a la ciencia con datos que demuestran que la versión del expresidente se considera desinformación..

Palabras clave: Datos del INPE; Bolsonaro vs. Lula; Análisis narrativa.

Abstract: In 2019, Brazil's former president Bolsonaro challenged data released by the National Institute for Space Research (INPE) on deforestation accusing the agency's former director of working for an NGO. In 2024, President Lula used data released by INPE to declare that people were carrying out illegal fires and that this action was contributing to the increase of forest devastation. This study aims to analyze which of the two statements is considered misleading (Pinheiro, Brito, 2014) and, in order to achieve this goal, the study analyzes the narrative (Motta, 2005) of *Folha de S. Paulo* and contributes to science with data that demonstrates that the former president's version is considered disinformation.

Keywords: INPE's data; Bolsonaro x Lula; Narrative analysis.

Introdução

Em julho de 2019, o ex-presidente da república Jair Bolsonaro contestou os dados divulgados pelo INPE de que o desmatamento da Amazônia tinha crescido 68% em relação ao mesmo período do ano anterior e alegou que os números não correspondiam à realidade. O ex-chefe do Poder Executivo federal acusou ainda o ex-diretor do INPE, Ricardo Galvão, de estar a “serviço de alguma ONG” e considerou que a divulgação dos dados sobre desmatamento prejudicava o Brasil (Brant, 2019)³.

Essa declaração foi prontamente examinada pela mídia internacional e brasileira para averiguar se era verídica e factual ou se representava uma desinformação que visava afastar a mídia e a população do problema do desmate. A discussão, no entanto, foi retomada em agosto de 2024, quando o presidente Lula se valeu de dados do INPE e do IBAMA para declarar que “tem gente colocando fogo de maneira ilegal” (Feitoza, 2024)⁴, pois, de

³Brant, Danielle. Bolsonaro critica diretor do INPE por dados sobre desmatamento que ‘prejudicam’ nome do Brasil. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 de jul. de 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/07/bolsonaro-critica-diretor-do-inpe-por-dados-sobre-desmatamento-que-prejudicam-nome-do-brasil.shtml>>. Acesso em: 31 de ago. de 2025.

⁴Feitoza, Cezar. Polícia federal investiga se houve ação criminosa em incêndios de SP. *Folha de S. Paulo*, São Paulo. 25 de ago. de 2024. Disponível em:

acordo com o mandatário e com a ministra do meio ambiente Marina Silva, os incêndios não possuíam características de eventos naturais.

A este estudo interessa, portanto, analisar qual das duas hipóteses levantadas pelos políticos é considerada uma desinformação pelo jornal *Folha de S. Paulo*. Para realizar essa diferenciação, o estudo recorre à teoria da narrativa jornalística de Luís Gonzaga Motta (2005), que trata as notícias, os artigos e as reportagens como capítulos dispostos numa trama focada em conflitos que dividem a audiência em dois lados: certo ou errado, verdadeiro ou falso, dado verídico ou desinformação, dentre outras disputas.

Assim, a principal contribuição do estudo é evidenciar qual das duas versões dos fatos corresponde a uma desinformação nos termos em que Pinheiro e Brito (2014, p. 1) descrevem este tipo de dado, ou seja, como uma comunicação desprovida de evidência empírica ou de dados que a corroborem. A análise destaca qual das declarações é considerada pelo periódico como não-científica e desvinculada da realidade.

O conceito de Desinformação

Para considerar que uma declaração possui as características de uma desinformação, é necessário descrever esse conceito de acordo com a literatura acadêmica. Nesse sentido, destaca-se o trabalho de Pinheiro e Brito (2014) para caracterizar esse fenômeno, pois, para esses autores, há ao menos dois tipos de desinformação: 1) “ruído ou ausência de informação, como instrumento de alienação coletiva e dominação” e 2) “o logro, ou engano arquitetado para alguém” (Pinheiro; Brito, 2014, p. 1).

Esses dois tipos se diferenciam sensivelmente e os pesquisadores teorizam que o primeiro segmento é composto por sujeitos que têm “acesso à subinformação, ou seja, a informação parcial, ou incompleta” (Pinheiro; Brito, 2014, p. 2), de maneira que, nesta categoria, estão os sujeitos excluídos do debate social por causa do desconhecimento científico e da exclusão digital, mas reivindicam o direito de emitir opiniões por fazerem parte de uma sociedade democrática.

Já o outro polo, “o aspecto subjetivo da ação, a aspiração de enganar outrem é parte determinante do conceito” (Pinheiro; Brito, 2014, p. 3), é

composto por influenciadores que possuem acesso à tecnologia e têm bagagem educacional, mas optam por desinformar e divulgam informações que prejudicam a sociedade.

Esses autores fornecem uma diferenciação conceitual que representa uma evolução nos estudos sobre o tema, a qual é ressaltada por Alves da Silva e Porto Junior (2022) em seu estudo sobre desinformação durante a pandemia de Covid-19, período em que a desinformação foi amplamente analisada por pesquisadores de várias áreas por causa da imensa quantidade de notícias advindas tanto de pessoas com desconhecimento científico quanto de um público que divulgava intencionalmente curas milagrosas e tratamentos precoces. Em seu artigo, Alves da Silva e Porto Júnior (2022, p. 252) destacam que o estudo de Pinheiro e Brito:

Reflete sobre a necessidade de distinguir claramente entre erros não intencionais (misinformation) e desinformação intencional (disinformation), uma vez que essa distinção impacta a forma como a informação deve ser gerida e combatida.

O estudo de Alves da Silva e Porto Júnior (2022, p. 254) também destaca as pesquisas de Galhardi et. al. (2020) e Brizola e Bezerra (2020). Além de realizar uma revisão de literatura, os autores chegam à conclusão de que “a convergência dos textos aponta para a natureza multifacetada da desinformação, que pode ser vista tanto como um sintoma quanto uma causa de disfunções sociais e políticas”.

A desinformação, portanto, “ocorre quando informação falsa é deliberadamente compartilhada com a intenção de causar danos” (Wardle, Derakhshan, 2023, p. 20) e possui duas faces, a informação falsa (*misinformation*) compartilhada sem intenção de prejudicar e a informação maliciosa (*malinformation*), que utiliza na sua comunicação fatos verdadeiros com o objetivo de causar danos a indivíduos ou instituições.

Ocorre, no entanto, que esses dois tipos são cada vez mais difíceis de detectar. Conforme destaca Tandoc Jr. (2019) em seu estudo sobre *fake news*, a desinformação também se dissemina sob a forma de notícia. Isso acontece porque a notícia ou reportagem falsa imita o formato e a linguagem do jornalismo tradicional e aparenta reportar um fato social, mas utiliza a estética das redes sociais para difundir boatos e teorias conspiratórias. Assim, realiza-se uma falsa equivalência entre esses dois tipos de reportagem.

Essa falsa equivalência reproduz uma situação em que “as questões não são estáveis nem consensuais” (Martin-Barbero, 2017, p. 7), mas sim

instáveis e dissidentes, um cenário em que o público não consegue diferenciar o que é informação verídica de uma divulgação maliciosa, já que ambas passam a ser equiparadas.

Essa equiparação dificulta o consenso social sobre o que pode ser considerado como verdade, de maneira que, no cenário jornalístico estabelecido após a pandemia Covid-19, o principal esforço tanto da teoria quanto da prática jornalística é desenvolver ferramentas que permitam identificar, diferenciar e combater o que Santaella (2025) denomina de “dilúvio da desinformação”, provocada pelo crescimento das redes sociais, dos algoritmos e da inteligência artificial. Nesse sentido, uma metodologia se destaca: a *fact-checking*, ou checagem de dados, que é desenvolvida por agências que:

Contribuem no combate automático da desinformação a partir da identificação de padrões de layout de páginas com conteúdo potencialmente malicioso, combinando informações léxicas, sintáticas, semânticas e de legibilidade (Silva, 2023, p. 2).

Desse modo, este artigo se insere neste esforço realizado tanto pelos teóricos quanto pelos profissionais da comunicação de identificar o que pode ser considerado como desinformação. Para isto, realiza-se uma análise das falas dos políticos Bolsonaro e Lula destacadas pela *Folha de S. Paulo* durante as crises ambientais de 2019 e 2024 e identifica-se objetivamente qual das duas declarações se vale de rumores infundados.

O método de análise da narrativa jornalística

O estudo desenvolve uma análise de narrativa jornalística realizada pela *Folha de S. Paulo* a partir do método de Luís Gonzaga Motta (2005), um autor que considera cada conteúdo jornalístico como um capítulo desenvolvido num enredo e cada grupo de notícias como um episódio, já que, em sua tese, episódios são:

Unidades narrativas analíticas intermediárias que relatam conjuntos de ações relativamente autônomos (motivos) correspondentes às transformações no transcorrer da história. Conectam-se ao todo, no qual significativamente se inserem (Motta, 2005, p. 5).

Considerando, então, cada notícia como um capítulo e cada grupo de notícias como um episódio, a primeira etapa da análise consistiu em separar todas as notícias sobre os dados do INPE publicadas em 2019 e 2024 a partir de determinadas palavras-chave e das ferramentas tecnológicas à

disposição, como ferramentas de busca, programas computacionais, linguagens de informática etc.

O período analisado é de julho a setembro de 2019 e agosto a setembro de 2024. O critério para a escolha desses intervalos é o fato de cobrirem dois períodos de aumento da devastação florestal: no início do governo Bolsonaro e no segundo ano do governo Lula. No primeiro caso, a pesquisa coletou 130 textos e no segundo episódio detectou 64 capítulos, ambos abrangendo notícias informativas e colunas de opinião, pois, no método desenvolvido por Luís Gonzaga Motta (2005, p. 4) são considerados todos os textos jornalísticos que compõem a narrativa do veículo de comunicação.

Após a separação desse montante, as notícias, as reportagens e os artigos foram agrupados em eixos temáticos que formam episódios nomeados de acordo com sua funcionalidade. Por exemplo: é denominado de “Contestação aos dados do INPE” o conjunto de 30 conteúdos que tratam do conteste realizado por Bolsonaro aos números divulgados pelo instituto; é nomeado como “Exoneração do diretor” o grupo de matérias que tratam da substituição do cientista Ricardo Galvão; ou seja, cada grupo de reportagens é identificado a partir de sua funcionalidade.

A segunda fase consistiu em separar cada eixo temático em um determinado episódio e em detectar o conflito da narrativa, já que, para Luís Gonzaga Motta (2005, p. 5), quase toda reportagem se inicia a partir de uma “situação problema que desestabiliza, rompe o equilíbrio, traz ambiguidades”, uma circunstância que “pode ser a falta ou o excesso de alguma coisa, pode ser uma inversão ou transgressão, pode ser um conflito manifesto ou implícito: um crime, um golpe, uma infração, um choque, um rompimento, uma anormalidade”.

Para o autor, o conflito “é o frame (enquadramento) que o narrador jornalístico utiliza para organizar a difusa e confusa realidade que pretende relatar” (Fonseca Fraga, Motta, 2016, p. 100), sendo esta característica um ponto em comum com a Teoria do enquadramento, já que defende que:

Profissionais da comunicação midiática lançam mão de técnicas e recursos tecnológicos que contribuem para a maneira como determinado aspecto da realidade será representado. Nesse processo, escolhas são feitas e influenciam no resultado final do material. Assume-se que durante essas escolhas, alguns aspectos do acontecimento social são destacados enquanto outros, suprimidos (Tavares, 2012, p. 61).

Para Motta (2005), no entanto, os acontecimentos enquadrados são os que demonstram os confrontos entre dois lados. Neste estudo, o foco é no conflito

entre dois personagens: Bolsonaro e Lula – especificamente em duas declarações proferidas em momentos de aumento do desmatamento florestal.

Considerando, então, o conflito como o principal enquadramento das reportagens, a segunda fase da pesquisa consistiu em detectar o confronto entre duas interpretações da realidade. Do ponto de vista metodológico, esta etapa consistiu na detecção do número de ocasiões em que as declarações “ele está a serviço de alguma ONG” e “tem gente colocando fogo de maneira ilegal” ocorreram no jornal.

Após esta separação, o estudo alcançou outra etapa indicada por Motta para a compreensão da narrativa jornalística, a detecção das estratégias comunicativas. O método foca em dois efeitos, os poéticos e os de real, com este último procurando “fazer com que os leitores/ouvintes interpretem os fatos narrados como verdades, como se os fatos estivessem falando por si mesmos” (Motta, 2005, p. 7).

O “efeito de real” visa passar a impressão de que o texto jornalístico reflete o mundo social e é uma narrativa que destaca a informação oficial, o dado fornecido por um instituto e a declaração de um especialista. O aspecto realista é realçado por Moraes e Girardi (2011, p. 3):

Análise realizada por Loose (2007) na editoria de Ciência do jornal Folha de S. Paulo entre 1º e 28 de fevereiro de 2006 apontam que a tendência foi de “realçar estratégias que gerem veracidade no discurso, usando inúmeras formas de referentes e testemunhos”, além de abusar de recursos do campo pedagógico, como a repetição e explicação de termos, com o uso constante de mapas, gráficos e esquemas.

Na narrativa jornalística científica, o efeito de real é construído a partir de dados e estatísticas obtidos por meio de metodologia científica, assim como pelos depoimentos e interpretações fornecidos por especialistas. Esses relatos são considerados verídicos porque se fundamentam em evidências que os sustentam e não apenas em opiniões pessoais.

Assim, embora haja uma recorrente crítica sobre “o estigma de que a reportagem só terá credibilidade se for chancelada por informações oficiais” (Ijuim, 2014, p. 6), os repórteres da coluna de ciência continuam focando no dado e na declaração oficial.

A narrativa, no entanto, possui outra estratégia comunicativa através da geração de efeitos poéticos, que são as expressões e os termos utilizados para caracterizar eventos e atores sociais. Como exemplo, pode-se citar o termo “Dia do Fogo” para denominar um evento incendiário organizado por

trabalhadores rurais e o termo “negacionista”, frequentemente utilizado para denominar os que negam a ciência.

Esta pesquisa, portanto, tem como última etapa analítica a detecção das principais estratégias comunicativas utilizadas pela *Folha de S. Paulo* em relação às declarações dos chefes do Poder Executivo federal para determinar cientificamente qual das falas é considerada uma desinformação, a começar pela fala de Jair Bolsonaro.

“A Serviço de alguma ONG”

Em 19 de julho de 2019, a *Folha* publica a notícia “Bolsonaro critica diretor do INPE por dados sobre desmatamento que 'prejudicam' nome do Brasil”, redigida pela repórter Danielle Brant. Essa notícia ressalta, pela primeira vez, a declaração de Jair Bolsonaro. Até setembro daquele ano, foram veiculadas 28 citações da declaração de que Ricardo Galvão estaria a serviço de uma ONG, sendo 12 destas citações analisadas neste estudo pelo fato de abrangerem o período em que o cientista ainda era diretor do instituto. As declarações foram assim compiladas:

Quadro 1: Citações da *Folha* à declaração do ex-presidente

Citação	Notícia
O presidente afirmou que os dados do INPE não correspondiam à verdade e sugeriu que Galvão poderia estar a “serviço de alguma ONG”.	Bolsonaro critica diretor do INPE por dados sobre desmatamento que 'prejudicam' o nome do Brasil.
Na última sexta (19), o presidente da República disse a jornalistas que os dados publicados pelo INPE não condizem com a realidade e que o diretor do instituto, o engenheiro Ricardo Galvão, seria “chamado para se explicar”. Bolsonaro também sugeriu que Galvão poderia estar “a serviço de alguma ONG”.	Após acusação de publicação de dados desonestos, cientistas saem em defesa do INPE.
O presidente afirmou que os dados do INPE não correspondiam à verdade e sugeriu que Galvão poderia estar a “serviço de alguma ONG”.	‘Eu não vou falar com ele’, diz Bolsonaro sobre diretor do INPE.
Na última sexta (19), o presidente chegou a sugerir que Galvão poderia estar “a serviço de alguma ONG” e que os dados crescentes de desmatamento não condizem com a realidade.	'Posso até ser demitido, mas não se pode atacar o INPE', diz diretor.
Bolsonaro disse ainda que o diretor do INPE estaria a “serviço de alguma ONG” e que a divulgação do desmatamento que ocorre na Amazônia prejudica o nome do Brasil no exterior.	Marcos Pontes também questiona dados do INPE e chama diretor para conversa.
O monitoramento do desmatamento já havia sido alvo de críticas do Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. À <i>Folha</i> ele disse que “os dados do INPE são	Para não ser 'pego de calças curtas', Bolsonaro quer embargar dados de desmate.

bons, mas não são precisos”. Também culpou o atual monitoramento pela ineficácia no combate ao desmate e já demonstrou o desejo de trocá-lo por uma empresa privada. Porém, na sexta, foi a vez de o próprio presidente dirigir as críticas ao INPE. Além de questionar a idoneidade dos dados e seu efeito na imagem do país no exterior, sugeriu que o diretor do instituto, o engenheiro Ricardo Galvão, poderia estar a serviço de ONGs.	
O INPE publica anualmente, desde os anos 1980, as taxas de desmatamento amazônico. Registrou tanto as altas acachapantes de 1994 e 2004 quanto a queda vertiginosa entre 2005 e 2012. Desde então, a derrubada vem subindo, com sinais evidentes de recrudescimento da taxa de aumento neste ano. As indicações não partem de uma diretoria a serviço de ONGs, como acusou de maneira irresponsável o presidente, mas de imagens de sensores de satélites.	Verdades encobertas.
Pontes disse que o governo ficou insatisfeito com a forma que Galvão reagiu ao dar entrevistas à imprensa em resposta às críticas de Bolsonaro, que não só questionou a idoneidade dos dados do INPE, mas também sugeriu que o presidente do instituto estaria a serviço de alguma ONG.	Pontes defende não divulgar todos os dados de alertas de desmatamento.
No final da semana passada, numa logorreia alucinante que fez Homer Simpson parecer um Bertrand Russell, Bolsonaro disse que os dados do INPE sobre desmatamento na Amazônia eram falsos e que os cientistas deviam estar a serviço de alguma ONG. Disse que iria fechar ou privatizar a Ancine para que não houvesse mais dinheiro público em filmes como “Bruna Surfistinha”. Disse que não existia fome no Brasil.	Polemizando a controvérsia.
Caso você tenha andado pelo espaço nos últimos dias, eis um resumo da ópera bufa a que me refiro. O presidente da República disse que os dados de satélite sobre o desmate amazônico, analisados pelo INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), seriam exagerados ou falsos, e que o pesquisador Ricardo Galvão, diretor do INPE, poderia estar a “serviço de alguma ONG”.	Semeador no espaço, astronauta Marcos Pontes pode facilitar devastação na Terra.
“Com toda a devastação que vocês nos acusam de estar fazendo e de ter feito no passado, a Amazônia já teria se extinguido. Isso acontece com muitas revelações, como a de agora (...), e inclusive já mandei ver quem está à frente do INPE [Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais] para que venha explicar em Brasília esses dados que foram enviados à imprensa. Nosso sentimento é que isso não coincide com a verdade, e parece até que [o presidente do INPE] está a serviço de alguma ONG”.	Em 10 dias, declarações de Bolsonaro têm preconceito, dados falsos e sarcasmo; relembre.
O presidente afirmou também que os dados do INPE	Diretor do INPE será exonerado após

não correspondiam à verdade e sugeriu que Galvão poderia estar a “serviço de alguma ONG”.	críticas do governo a dados de desmate.
---	---

Fonte: Os Autores (2025)

Analisando cada um dos excertos, detecta-se o uso de efeitos poéticos gerados pelos repórteres. Um exemplo são as aspas do título “Bolsonaro critica diretor do INPE por dados sobre desmatamento que 'prejudicam' nome do Brasil”. O mesmo ocorre nas aspas da expressão que indica que o ex-diretor do INPE seria “chamado para se explicar”; e com a declaração “eu não vou falar com ele”.

Nesses excertos, percebe-se que o jornal considera que Bolsonaro usa a informação como um “instrumento de dominação” (Pinheiro; Brito, 2014.p. 2) e procura impedir que a informação seja divulgada pelo fato de ‘prejudicar’ o país. Nota-se ainda autoritarismo nas expressões em que ele afirma que o presidente do INPE será “chamado para se explicar” e “eu não vou falar com ele”, ambas denotando uma relação de domínio.

Em contrapartida, Ricardo Galvão é retratado como um cientista idôneo que declara “Posso até ser demitido, mas não se pode atacar o INPE”, enquanto o ex-Ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, é retratado como um funcionário responsável para ouvir as explicações de Galvão. Nesses trechos, evidencia-se a observação de Motta (2005, p. 3) de que “no jornalismo as personagens costumam ser fortemente individualizadas e transformam-se no eixo das histórias”, pois o foco está no conflito entre Bolsonaro e INPE e entre Galvão e Pontes, com os personagens representando a dialética entre política e ciência. Percebe-se também uma caricaturização do ex-presidente em expressões como “pego de calças curtas”, já que esta expressão pode ser considerada como um “designante” (Motta, 2005) que o desqualifica.

Já os títulos “Verdades encobertas” e “Pontes defende não divulgar todos os dados de alertas de desmatamento” indicam que a informação é utilizada de forma estratégica e que há uma “marginalização informacional” (Pinheiro; Brito, 2014, p. 2) que visa ocultar os dados sobre desmatamento para preservar a imagem do governo.

Outros efeitos poéticos podem ser percebidos nas expressões “logorreia alucinante” e “Pontes pode facilitar devastação na Terra”, que se referem ao ex-presidente e ao ex-ministro da Ciência através de “nomes, identificadores e co-referências” (Motta, 2005, p. 7) que depreciam os dois políticos. Já o título “Em 10 dias, declarações de Bolsonaro têm preconceito, dados falsos e sarcasmo” vincula diretamente o ex-presidente ao que Pinheiro e Brito (2014,

p. 2) denominam de “sociedade da desinformação”, uma vez que a narrativa questiona “a própria amplitude cultural do sujeito” e o caracteriza tanto como desinformado quanto como um agente da desinformação.

Por fim, há o título “Diretor do INPE será exonerado após críticas do governo a dados de desmate”, no qual o jornal realiza uma vinculação direta entre “causas e consequências” (Ijuim, 2014, p. 7) e correlaciona a exoneração de Galvão à divulgação dos dados de desmate. Nesse título, o jornal estabelece uma polarização do tipo “norte-sul, civilizado-selvagem, colonizador-colonizado” (Ijuim, 2014, p. 7) e que, no caso, remete ao binômio desinformado-informado.

Com base nestas evidências, é possível inferir que a narrativa considera a declaração de Bolsonaro como um exemplo de desinformação do primeiro eixo descrito por Pinheiro e Brito (2014, p. 2), que é o “estado de uma pessoa ou grupo de pessoas não informadas ou mal informadas a respeito de determinada coisa”.

Adiante, segue a análise do jornal sobre a declaração de Lula em relação ao aumento exponencial de desmate nos meses de agosto e setembro de 2024, a qual também é sistematicamente examinada.

“Tem gente colocando fogo de maneira ilegal”

Em 25 de agosto de 2024, a *Folha* publica a notícia “Governo vê indícios de crime e pede que PF investigue incêndios em SP”, redigida pelo repórter Cezar Feitoza. Essa publicação trata de incêndios florestais ocorridos no estado de São Paulo.

A reportagem foca na versão oficial dos fatos (Ijuim, 2014) e na interpretação do chefe do Poder Executivo. A cobertura examina a sua fala de que os incêndios florestais faziam parte de uma ação criminosa, de maneira que, de 25 de agosto a 5 de setembro de 2024, o jornal publica 12 textos que tratam direta ou indiretamente da afirmação do presidente. As citações desses textos são assim compiladas:

Quadro 2: Citações da *Folha* sobre declaração do presidente

Citação	Notícia
Lula afirmou em suas redes sociais que 'tem gente colocando fogo de maneira ilegal'.	Governo vê indícios de crime e pede que PF investigue incêndios em SP.
O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse em postagem na plataforma X que se reuniu com o presidente do Ibama,	Por que governo suspeita que incêndios em SP são

Rodrigo Agostinho, e com Marina Silva no domingo (27) e que ouviu de Agostinho que “não há, até agora, nenhum incêndio detectado por causas naturais”. “Significa que tem gente colocando fogo de maneira ilegal, uma vez que todos os estados do país já estão avisados e proibiram uso de fogo de manejo”.	criminosos?
No domingo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se reuniu com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, na sede do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente) para tratar das suspeitas de ações criminosas nos incêndios que se intensificaram nos últimos dias no país.	Brasília amanhece coberta por fumaça de incêndios pelo segundo dia.
Monitoramento do governo federal indica que cerca de 30% dos incêndios na Amazônia estão ocorrendo em áreas de florestas, o que significa que seriam propositais e preparatórios para futuros desmatamentos, de acordo com técnicos ambientais. O restante das queimadas ocorre em áreas de pastagens ou já desmatadas. A avaliação geral no governo Lula é que os incêndios estão sendo provocados de forma deliberada, pois o monitoramento do INPE (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Espaciais) não registrou raios nas regiões queimadas.	30% dos incêndios na Amazônia seriam para preparar desmatamento, indicam técnicos.
Autoridades estaduais e federais afirmam que suspeitam que os incêndios foram provocados por criminosos. Até o momento, cinco suspeitos foram presos.	Deputado propõe anistia de multas a ruralistas durante incêndios em SP.
Parte da explicação para o fenômeno pode estar na falta de chuvas, segundo Ana Paula Cunha, pesquisadora de secas do Cemaden. “Em todos os anos em que temos grandes secas, temos recordes de focos de queimada”. Desconsiderando as ações criminosas, o aumento de focos de incêndio no período seco é comum, segundo Cunha, por causa do uso de fogo para limpeza de pasto e preparação do solo antes do plantio, por exemplo.	Seca histórica já atinge 16 estados e DF; cenário favorece incêndios.
Três das terras indígenas (TIs) mais invadidas por garimpeiros ilegais na Amazônia tiveram uma explosão de queimadas em agosto. Além da convivência diária com um cerco feito por invasores, as comunidades enfrentam a incidência do fogo na floresta de uma forma não vista na última década.	Terras indígenas da Amazônia mais invadidas por garimpo de ouro têm explosão de queimadas.
Pergunta: Especulou-se a ligação de pessoas do PCC com esses incêndios, entre outras hipóteses. O que de concreto existe em relação a isso? Resposta: O Ibama vai trabalhar junto com a Polícia Federal para fazer as perícias. A gente tem sistemas que permitem uma espécie de “retorno no tempo” a partir de imagens de satélite para ver onde o fogo começou. Tem situações que a gente percebe que a pessoa saiu colocando fogo de forma sistemática ao longo da estrada, parando de 50 em 50 metros, colocando fogo. Nós vamos ajudar, mas este é um trabalho de investigação que vai ficar a cargo da Polícia Federal e da Polícia Civil de São Paulo.	Não tem como botar um fiscal em cada esquina, diz presidente do Ibama sobre queimadas.

Fonte: Os Autores (2025)

Recompondo a narrativa, é interessante notar que, no primeiro texto, a fala de Lula não é tratada pelos jornalistas como proveniente de um “estado de ignorância ou de ausência de informação” (Pinheiro; Brito, 2014, p. 2), é exatamente o contrário. A reportagem compartilha com os leitores a suspeita levantada pelo presidente e apresenta, como indício desta desconfiança, o aumento de incêndios no período de dois dias:

A Polícia Federal abriu dois inquéritos neste domingo (25) para investigar suspeita de ação criminosa nos incêndios que afetam o estado de São Paulo. A informação foi repassada pelo diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, e pela ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. Segundo a ministra, o fato de os incêndios em São Paulo se intensificarem em dois dias é um sinal de ação humana.

“Nós mobilizamos nossas 15 delegacias [da Polícia Federal] no interior de São Paulo, nossa superintendência regional, para que a gente possa identificar as queimadas que ocorrem naquele estado. As conclusões finais só poderão ser trazidas ao público com a finalização dos inquéritos policiais”, disse Andrei (Feitoza, 2024, p. 1).

Outra evidência de que a reportagem considera que a acusação levantada pelo presidente e pela Ministra do Meio Ambiente é bem fundamentada é o fato de que, no dia seguinte, o veículo publica a reportagem “Por que governo suspeita que incêndios em SP são criminosos?”. A reportagem destaca a fala de Lula de que “não há, até agora, nenhum incêndio detectado por causas naturais”, uma declaração que indica que a narrativa não mais considera que lida com “pessoas não informadas ou mal informadas” (Pinheiro, Brito, 2014, p. 2) e sim com pessoas que têm acesso a dados estatísticos confiáveis.

Em termos de conflito (Motta, 2005), a trama não foca mais em informação *versus* desinformação, mas na anormalidade gerada por dois dias de incêndios florestais, com o comprometimento da qualidade do ar, congestionamentos, fechamento de empresas e escolas, dentre outras consequências sociais e ambientais.

Outro ponto a ser destacado é a extensão da narrativa tanto no tempo quanto no espaço. Isso porque em 2019 a trama foca na região Norte, enquanto que em 2024 se expande para as regiões Sudeste e Centro-Oeste, com o jornal noticiando que “Brasília amanhece coberta por fumaça de incêndios pelo segundo dia” (*Folha de S. Paulo*, 2024). Dessa forma, se “o conflito é o núcleo em torno do qual gravita tudo o mais na narrativa” (Motta, 2005, p. 5), o conflito de 2024 não trata prioritariamente de desinformação, mas de prevenção aos incêndios florestais, com muitas das notícias e artigos informando “Como diminuir os impactos negativos dos dias secos”.

Há, no entanto, uma “situação de precariedade informacional” (Pinheiro; Brito, 2014, p. 2) que diz respeito à possibilidade de os incêndios advirem de

causas naturais, com a notícia “Seca histórica já atinge 16 estados e DF; cenário favorece incêndios” realçando que as condições climáticas são relevantes para o aumento das queimadas. Entretanto, apesar da importância dos eventos naturais, a reportagem esclarece, através da fala da pesquisadora Ana Paula Cunha, que a técnica de atear fogo no pasto ainda é muito utilizada no Brasil e que “não faz mais sentido ter isso no nosso país, dadas as condições que a gente tem visto de recorrência de seca e de temperaturas mais altas” (Lacerda, 2024). A narrativa não descarta causas naturais, mas reforça a ação humana que atua nas queimadas. Esse esforço fica evidente na notícia “30% dos incêndios na Amazônia seriam para preparar desmatamento, indicam técnicos” (Brant, 2024). Essa reportagem ratifica que os incêndios “seriam propositais e preparatórios para futuros desmatamentos”.

Percebe-se, então, outra diferença fundamental. Enquanto a narrativa de 2019 se vale basicamente de efeitos poéticos, de nomes e denominações que questionam o repertório cognitivo do ex-presidente, a narrativa de 2024 se vale dos efeitos de real, especialmente os que caracterizam a narrativa jornalística científica como a redução dos “fatos sociais às suas dimensões externas, observáveis e mensuráveis” (Ijuim, 2014, p. 6). No caso, estes efeitos focam nas estatísticas e nos depoimentos dos cientistas.

A narrativa de 2024 exclui o abstrato e foca no concreto. Uma evidência dessa abordagem está na entrevista do diretor do Ibama e no excerto em que o repórter lhe pergunta “especulou-se a ligação de pessoas do PCC com esses incêndios, entre outras hipóteses. O que de concreto existe em relação a isso?”. Uma questão que é respondida através de recursos técnicos e observação sistemática: “A gente tem sistemas que permitem uma espécie de ‘retorno no tempo’ a partir de imagens de satélite para ver onde o fogo começou. Tem situações que a gente percebe que a pessoa saiu colocando fogo de forma sistemática ao longo da estrada”. Essa percepção, no entanto, é externa, observável, mensurável (Ijuim, 2014, p. 6) e representa uma informação comprovada e que pode ser acessada por todos.

Pontua-se, então, que a declaração de Lula não é considerada como desinformação, já que, como Pinheiro e Brito (2014, p. 2) afirmam, a “desinformação significaria ausência de cultura ou de competência informacional, impossibilitando que o usuário localize por si mesmo a informação que necessita, não chegando, portanto, as suas próprias

conclusões”. Mas o que ocorre é o oposto. Para a narrativa, a hipótese levantada por Lula possui amparo técnico e na realidade social.

Considerações finais

Analisando, portanto, as declarações dos presidentes destacadas pelo jornal *Folha de S. Paulo* perante os dias de fogo que assolaram o país em 2019 e 2024, conclui-se:

1. Enquanto o episódio de 2019 é centrado no conflito entre política e ciência, o episódio de 2024 é focado no atrito entre o governo e os trabalhadores rurais;

2. No aumento do desmate em 2019, a fala do ex-presidente da república é criticada como desprovida de evidências e desvinculada da realidade. Em relação ao aumento dos incêndios florestais de 2024, a fala do presidente da república é considerada como provida de dados e embasamento técnico;

3. A narrativa de 2019 foca em efeitos poéticos que desqualificam a declaração do ex-presidente, e a narrativa de 2024 é concentrada em efeitos de real que apresentam declarações oficiais e os dados certificados.

Conclui-se, assim, que apenas a declaração de Jair Bolsonaro é retratada como desinformação, enquanto a declaração de Lula é vinculada a indícios e rastros, mas não é, de forma alguma, comprovada, pois não possui evidências que atestem que houve atuação de uma organização criminosa.

Esta conclusão implica epistemologicamente na análise do campo do jornalismo científico por apontar as características que as duas declarações têm com o conceito de desinformação. A principal contribuição deste artigo é fornecer um sólido percurso teórico e metodológico a futuras pesquisas que possuam o mesmo objetivo: averiguar se a fala de um político é ou não uma desinformação.

Bibliografia

BRANT, Danielle. Bolsonaro critica diretor do Inpe por dados sobre desmatamento que 'prejudicam' nome do Brasil. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19, julho, 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/07/bolsonaro-critica-diretor-do-INPE-por-dados-sobre-desmatamento-que-prejudicam-nome-do-brasil.shtml>> Acesso em: 31 de ago. de 2024.

- EDITORIAL. Verdades encobertas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 24, julho, 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/07/verdades-encobertas.shtml>> Acesso em 22 de abr. de 2025.
- FEITOZA, Cezar. Polícia Federal investiga se houve ação criminosa em incêndios de SP. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25, agosto, 2024. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/08/policia-federal-investiga-se-houve-acao-criminosa-em-incendios-de-sp.shtml>> Acesso em 21 de abr. de 2025.
- FONSECA FRAGA, Emerson Charley da; MOTTA, Luiz Gonzaga. A disputa pela voz: conflito e negociação de sentidos na construção de uma telenarrativa jornalística. **Líbero**, PPGCOM Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, n. 32, 2016, p. 99-110.
- IJUIIM, Jorge Kanehide. Ciência e Jornalismo: Apontamentos sobre as ideias de Boaventura de Sousa Santos para a compreensão do Jornalismo. **Revista Ação Midiática**. Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPR, Curitiba, n. 7, 2014, p. 1-15.
- LACERDA, Lucas. Seca histórica por falta de chuva atinge 16 estados e o DF. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27, agosto, 2024. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/08/seca-historica-por-falta-de-chuva-atinge-16-estados-e-df.shtml>> Acesso em 23 de abr. de 2025.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Jóvenes. Entre el palimpsesto y el hipertexto**. Barcelona, Ned Ediciones, 2017.
- MORAES, Cláudia Herte de; GIRARDI, Ilza Maria Tourinho. As Cheias de 2010 na Revista Veja: a Narração Jornalística Diante do “Inesperado”. **Ação Midiática–Estudos em Comunicação**. Sociedade e Cultura. Programa de Pós Graduação em Comunicação da UFPR, Curitiba, v. 1, n. 2, 2011, p. 13-18.
- MOTTA, Luiz. Gonzaga. **Análise pragmática da narrativa jornalística**. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Intercom, 2005, p. 1-16.
- PINHEIRO, Marta Macedo Kerr; BRITO, Vladimir de Paula. Em busca do significado da desinformação. **Data Grama Zero**, João Pessoa, v. 15, n. 6, 2014, p. 1-6.
- SANTAELLA, Lucia. Razões e consequências do dilúvio de informação. **Esferas**, Brasília, v. 1, n. 32, 2025.
- PORTO JÚNIOR, Francisco Gilson Rebouças; AMAR, Víctor (Org.). **Ensino, docência e inovação: diálogos entre Brasil e Espanha**. Palmas: Observatório Edições, 2024.
- SILVA, Karoline Maria Fernandes da Costa e; PRESSER, Nadi Helena. Contribuições da Teoria da Inoculação e o papel didático da gamificação como ferramenta de combate à desinformação política. **Em Questão**, v. 29, 2023, p. e-124379.
- TANDOC JR., Edson C. The facts of fake news: a research review. **Sociology Compass**, IS. 1.1, v.13, n. 9 e12724, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1111/soc4.1724>.
- TAVARES, Guilherme Vallera. **A saúde em pauta: análise de enquadramento de matérias sobre saúde pública de dois telejornais**. 2012. 92 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação de Bauru, 2012.
- WARDLE, Claire. DERAKHSHAN, Hossein. **Desordem Informacional: Para um quadro interdisciplinar de investigação e elaboração de políticas públicas**. Campinas: Unicamp, Centro e Logica, Epistemologia e História da Ciência, 2023. Disponível em: <<https://www.cle.unicamp.br/ebooks/index.php/publicacoes/catalog/book/93>>. Acesso em: 1 nov. 2025.

Recebido em: 17/09/2025

Aceito em: 25/01/2026